

Boff: diálogo com Lutero

Boff: dialogue with Lutero

Antonio Carlos Ribeiro*

Ante o campo específico (religioso) dentro do qual se movia, Lutero efetuou um grandioso processo libertador. Será ele para sempre uma referência obrigatória para todos os que buscam a liberdade e sabem lutar e sofrer por ela. Hegel, com razão, considera a Reforma Luterana uma Hauptrevolution (revolução fundamental), porque, 'com Lutero, começa a liberdade de espírito', Liberdade que 'não apenas se reconhece, mas é sumamente exigida'. (BOFF, 1986, p. 169)

Com suas reflexões ecológico-cosmológicas, Boff tem desempenhado um papel pioneiro em uma época que se caracteriza pela globalização econômica e suas – para muitos – desastrosas consequências sociais e ecológicas... procura sempre ver a humanidade dentro do todo da criação, a integralidade de seu passado e futuro. (SINNER, 2007, p. 35-36)

Um doutor que tem causas

O teólogo Leonardo Boff recebeu mais um título de *Doutor honoris causa* em reconhecimento ao seu compromisso ecumênico surgido do diálogo com a teologia protestante e à relação entre teologia e ecologia. A honraria é a primeira recebida de instituição teológica brasileira, as Faculdades EST, até então só concedida a teólogos luteranos (Cf. RIBEIRO, 2008). O homenageado agradeceu pela concessão da titulação honrosa e discursou falando da teologia de Lutero, e como ela apresenta um Deus que se acerca dos oprimidos, abrindo espaço para a esperança da humanidade, que se traduz na resistência e na busca da vida e da libertação.

Comunicação recebida em junho de 2008 e aprovada para publicação em agosto de 2008.

* Teólogo luterano, ex-secretário do Conselho de Igrejas Cristãs do Estado do Rio de Janeiro (Conic-Rio), doutorando em Teologia na PUC Rio, e-mail: antoniocarlosrib@gmail.com.

Boff agradeceu a homenagem e reafirmou conceitos sobre a importância das obras de Lutero, já difundidos em seus livros, enfatizando a atualidade do reformador Martinho Lutero e do princípio protestante da indignação. “A teologia de Lutero é boa para a humanidade sofredora. Ele foi um mestre da fé e a voz que clama pela renovação espiritual”. O evento se deu durante o seminário “Leonardo Boff e a teologia protestante”, de 12 a 16 de maio deste ano.

A apresentação do homenageado coube ao professor Rudolf von Sinner, que destacou seu esforço para ecoar a voz teológica pioneira na luta pela preservação do meio ambiente e a construção de um outro mundo possível – decisão criticada em meios teológicos brasileiros como perda do objeto e da linguagem teológicas e hoje vista como um avanço dentro da revolucionária teologia da libertação – enfatizando que “ele escreve e suscita livros, fazendo conciliar a ternura humana com o rigor do aprendizado”. É significativo mencionar a apropriação de teólogos luteranos em sua reflexão, a importância da sua teologia para a reflexão de teólogos luteranos em teses e dissertações, e a apresentação do livro **Lutero e libertação**: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana, escrito em 1994 por Walter Altmann, atualmente presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e moderador do Conselho Mundial de Igrejas.

Desde seus estudos de doutorado tem lido teólogos luteranos como Friedrich Gogarten, Wolfhart Pannenberg e Gerhard von Rad. Também tem se referido, em diversos escritos, à importância de Martinho Lutero e da teologia protestante, cultivado relações de amizade e demonstrado abertura para o ecumenismo. Tem suscitado diversos artigos em revistas teológicas, dissertações e teses, que teólogos protestantes têm escrito sobre sua teologia.

Três anos antes de coordenar a série Religião e cidadania, da editora Ática, em que Lutero e libertação foi publicado, o teólogo Kjell Nordstokke, missionário da Igreja Luterana da Noruega no Brasil, escreveu sua tese doutoral *Eclesiogênese – Concílio e contexto na eclesiologia de Leonardo Boff (Ekklesiogenese. Konsil og kontekst i Leonardo Boffs Ekklesiologi)*, defendida na Universidade de Oslo,¹ fazendo uma ampla análise da eclesiologia de Boff, mostrando suas raízes na teologia do Concílio Vaticano II, na tradição da espiritualidade franciscana e sobretudo na experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), experiência originada nos movimentos populares que trouxeram um novo

1. Cf. <http://www.tf.uio.no/english/research/doctoral-defences.html>.

modo de ser Igreja, interpretada por Boff como o renascimento da Igreja do seio do povo e como crítica à igreja tradicional e modelo de renovação. A tese de Nordstokke – atualmente diretor do Departamento de Missão e Desenvolvimento da Federação Luterana Mundial – analisa ainda o conflito entre sua eclesiologia e a do Vaticano, que o tornou o mais conhecido dos teólogos punidos.

Teologia piedosa, culta e escarmentada

Boff é natural de Concórdia (SC), ingressou na Ordem dos Frades Menores (1959), doutorou-se em Teologia e Filosofia na Universidade de Munique (Alemanha, 1970), recebeu títulos de *doutor honoris causa* em Política, da Universidade de Turim (Itália), e em Teologia, da Universidade de Lund (Suécia). Foi professor visitante nas universidades de Lisboa (Portugal), Salamanca (Espanha), Harvard (EUA), Basel (Suíça), Heidelberg (Alemanha) e na própria Escola Superior de Teologia. Sob ameaça de novo processo, renunciou ao sacerdócio (1992), prestou concurso e passou a ensinar Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993). É autor de mais de 70 livros nas áreas de teologia, espiritualidade, filosofia, antropologia, mística e ecologia. A maioria de sua obra está traduzida para os principais idiomas modernos. Sofreu um processo da Sagrada Congregação para a Defesa da Fé (1984), por causa da eclesiologia apresentada no livro **Igreja: carisma e poder**, sendo condenado a um ano de *silêncio obsequioso*.

A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé tinha encontrado duas dificuldades consideradas sérias na obra **Igreja: carisma e poder**, que gerou a notificação, o processo em Roma e a condenação. A primeira era a perspectiva protestante. Segundo Boff, no interrogatório sobre sua teologia, lhe foi dito: “O teu livro é protestante, quem fala assim são os protestantes, eles não são como os católicos”. Ele reagiu: “Absolutamente, é o lado evangélico do protestantismo, e temos muito o que aprender com Lutero. Então, não aceito que seja o lado protestante, é o lado são da teologia, que percebe o excesso, o abuso de poder da Igreja, a soberba, e pertence à teologia ter uma palavra crítica sobre isso. E há uma tradição profética. A gente, quando é batizado, é batizado para ser profeta, além de sacerdote. Ninguém lembra de ser profeta na Igreja. Os profetas se confrontam com o poder”.² A outra dificuldade

2. Cf. Entrevista concedida à revista Caros Amigos. http://carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/grandes_entrev/boff.asp

é a rica elaboração teológica, que mostra a origem da Igreja na fé do povo e acaba por desconstruir – com o sentido que Heidegger deu ao cunhar a expressão – a noção de poder centralizado na qual se baseia a estrutura eclesial.

Contribuiu para que a Teologia da Libertação (TL) desenvolvesse as marcas frutíferas do seu caráter: é nascida neste continente, nutriu-se da piedade e da religiosidade do povo latino-americano, absorveu os saberes europeus, com os quais pôs-se a dialogar com a cultura, a economia, a teologia, a política – inclusive a eclesiástica – e, recentemente, com as ciências do meio ambiente. Pensador que aprendeu com o sofrimento – da época em que o pai lhe ensinou a manejar a rica cultura jesuítica ao mesmo tempo que assumia a opção por caboclos e negros, discriminados por imigrantes alemães e italianos que dividiam o mesmo solo, na região que veio a chamar-se Concórdia, Santa Catarina, até a condenação ao silêncio, quando foi proibido de dar aulas, fazer conferências e escrever – destino semelhante ao de Barth na 2ª Guerra, que sofreu a mesma punição, recorreu, venceu na justiça trabalhista, mas foi demitido pelo ministro da cultura da Prússia, do Terceiro Reich – e, sete anos depois, da censura prévia a cada escrito, dos novos embates, da deposição da cátedra, da chefia editorial da Vozes e da função de redator, até desligar-se da Ordem dos Frades Menores e do sacerdócio. A biografia de Boff lembra a *tentatio*, a terceira das regras medievais, que segundo Lutero é a tribulação (*Anfechtung*) pela qual o teólogo da cruz deve passar para ter condições de dizer as coisas como elas são (*parrhesia*) (Cf. RIBEIRO, 2008, p. 193-198).

Por essas razões, a concessão do título de *doutor honoris causa* a esse teólogo tem diversos significados: abertura de novas frentes de diálogo com a teologia luterana, ampliação do campo de recepção de Boff em ambientes protestantes brasileiros, reconhecimento formal da monumental produção literária, em qualidade e quantidade, e reconhecimento da legitimidade do diálogo da teologia com as ciências do meio ambiente. Essas conquistas resultam também do investimento generoso desse teólogo, criticado e condenado até porque subscrevia *frater theologus minor et peccator* (irmão, teólogo menor e pecador), tendo que teologizar até ao defender-se, ao “lembrar” a estória de Jerônimo, que só foi aceito no céu quando admitiu: *cristianus sum peccator sum* (sou cristão, sou pecador).³

3. Cf. a entrevista concedida à revista **Caros Amigos**.

E a Igreja se fez povo

A escolha desta obra como representativa da recepção de Luterano em Leonardo Boff se deve a algumas razões. A primeira é que é representativa do período seguinte à condenação. No livro, ele está soerguendo-se, exausto e desgastado do processo jurídico-teológico, em moldes romanos e com a força institucional à mostra na sumariedade do rito, com a mesma instância na acusação, na defesa de um *advocatus pro autore* – com o qual não pode ter contato – e na sentença, executada pela instituição, com a pompa e circunstância da época em que detinha os poderes espiritual e temporal. Seus defensores eram o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, franciscano e arcebispo de São Paulo, e Dom Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria (RS) e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja intervenção é rejeitada no processo jurídico desgastante, demorado e com efeitos danosos.

A segunda razão é que, no sofrimento, ele parece não apenas ter confirmado sua eclesiologia como, mais que isso, ter aprofundado o contato com as fontes em que esta se baseia, o anúncio da salvação em Cristo e a comunidade de gente pobre e fiel, protótipo das massas de camponeses e trabalhadores urbanos da América Latina. Quando à causa soma-se a convicção, recebe o apoio de diferentes setores da igreja católica brasileira e os acenos da popularidade e da respeitabilidade intelectual. E, por último, a terceira razão, parece que o processo sofre também os efeitos das contramarchas, do *modus operandi* e da realidade brasileira. Por ocorrer nos estertores da ditadura e da transição para a democracia, como pano de fundo, esses efeitos contribuem para sua eclesiologia na obra **E a Igreja se fez povo**.

As exigências de vigilância teológica sobre teólogos punidos tornam necessárias a negação do obstáculo à publicação (*Nihil obstat*) e a autorização da impressão (*Imprimatur*) da obra, que não dificultaram o acesso dos leitores à obra. Mesmo lançada em 1986, a obra alcançou a terceira edição no mesmo ano. A concessão da primeira foi feita por frades franciscanos, por ordem do padre provincial, e da segunda, por Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias e São João de Meriti, na Baixada Fluminense, que já despontava como liderança pastoral, por sua cultura teológica, independência pastoral, envolvimento na luta contra a fome, pelos direitos humanos e por avanços no diálogo com o poder público.

Esse mesmo bispo que autorizou a impressão escreveu um prefácio, sob o título **A Igreja se fez povo: cântico de libertação**, em linguagem pessoal e afetiva, referindo-se à situação de sofrimento gerada pelas transformações em processo na sociedade e na Igreja. Como quem é capaz de olhar telas superpostas, distinguindo a da frente, a do centro e a do fundo, Morelli vê a realidade das lutas da igreja católica, da sociedade e dos excluídos – os que nem serão expulsos das cadeias de produção porque delas sequer fizeram parte – expressando suas esperanças em linguagem pastoral, mas com clareza política.

O texto entremeia as afirmações do *magnificat* (Lc 1.39-56) com parágrafos explicativos das exigências do evangelho frente ao trinômio igreja, sociedade e excluídos. Sua teologia elabora as situações dos pobres, lembra compromissos de verdade, justiça e solidariedade, ensina que os pequenos são portadores da paz, propugna por uma terra que não seja violentada pelos negócios, anuncia a existência do jardim com flores, pássaros e crianças saudáveis, projeta a utopia da participação dos filhos da terra, sonha com a distribuição de bens que não condene crianças à morte, e pede, candente: “Revela, irmão Leonardo, aos grandes do império, do templo e dos exércitos que o povo faminto de vida acolhe com amor as crianças que nascem; reparte as migalhas de pão, lutando sempre para que todos tenham mais vida” (Cf. BOFF, 1986, p. 11).

O livro é dividido em duas partes. Na primeira, Boff descreve “A Igreja popular: sua teologia, sua justificação e sua missão”. Os dez capítulos debatem o lugar social do qual fala a TL, a igreja como mistério sacramental e como concretização histórica do Povo de Deus, os ministérios surgidos na igreja popular que se organiza para a libertação, as CEBs como geradoras de nova eclesialidade, seu significado social e político, o teólogo como intelectual orgânico da e na comunidade, o político a ser educado pelo povo em gestação e o significado do martírio na sacramentalidade do Reino de Deus. Na segunda parte, ele fala de “Companheiros na caminhada de libertação”, referindo-se a Francisco de Assis como patrono da opção pelos pobres, ao significado de Lutero para a libertação dos oprimidos e a Alceu Amoroso Lima. A partir de agora, passo a destacar aspectos do segundo capítulo desta segunda parte.

O espírito do protestantismo

Começa o texto sobre Lutero admitindo que está à procura de parâmetros para pensar o futuro. Chega até mesmo a admitir que vai a

Lutero em busca de respostas para o presente, sabendo que sua experiência, dadas as diferenças de época, lugar e cultura, talvez não auxilie nos conflitos do presente (Cf. BOFF, 1986, p. 164).

Nesse momento escolhe o caminho de chegar a Lutero pela via do protestantismo histórico e de missão, presente na América Latina. Parte de um parâmetro abrangente, que inclui luteranos, congregacionais, presbiterianos, metodistas e batistas, informando que eles chegaram “a partir da metade do século XIX” (Cf. BOFF, 1986, p. 165), representando os países pioneiros da modernidade e detentores do projeto liberal, reforçadores da modernização e da industrialização contra as velhas oligarquias senhoras da terra, assumindo a bandeira da democracia representativa e da promoção do indivíduo e da liberdade. Segundo ele, esse protestantismo tenta reproduzir as condições de seus países, faz alianças estruturais e ocupa espaços de poder, mas opta por associar-se aos setores mais avançados da América Latina,

influenciados pelos ideais da revolução americana e francesa, do iluminismo, do positivismo e até da maçonaria. Trata-se da burguesia nacional, da pequena burguesia urbana, rural e comercial. Esse processo ocorre exatamente no momento da transição da sociedade latino-americana tradicional e colonial, para a moderna e liberal. Explodem conflitos entre os velhos senhores e novo sujeito histórico emergente. (Cf. BOFF, 1986, p. 165)

Boff cita especialmente os sociólogos que analisaram o protestantismo de traço norte-americano, entre os quais Waldo Cesar.

Na sequência de sua argumentação, passa a citar teólogos protestantes como José Míguez Bonino e Rubem Alves, enfatizando que, para o protestantismo histórico,

O Catolicismo Romano é considerado a ideologia e estrutura religiosa de um sistema global, a caduca ordem hispânica senhorial, implantada na AL, que deve ser varrida para dar lugar a uma nova ordem democrática, liberal, ilustrada, dinâmica, que o Protestantismo historicamente inspirou e à qual a doutrina protestante – de livro aberto e com juízo próprio – abre o passo e sustenta. (Cf. BONINO, *apud* BOFF, 1986, p. 166)

O protestantismo inovador diante do pacto colonial católico romano com o Império ibero-lusitano assume o apelo a uma vivência moderna da fé em articulação com o espírito de liberdade, de participação democrática e atualização do processo produtivo,⁴ tem traços distintos do protestantismo de imigração, composto de comunidades de colonos, no interior dos Estados do sul e do Espírito Santo, com um modelo paro-

4. “Se perguntarmos à história: De que lado estás? Qual é o teu destino? Ela responderá: O catolicismo é o passado de onde venho. O protestantismo é o futuro para onde caminho” (ALVES, 1979, p. 38).

quial rural trazido no primeiro quartel do século XIX e que, por seu traço étnico-cultural, com pessoas vivendo em colônias de imigrantes e uma prática de atendimento dirigida exclusivamente ao próprio grupo. Para os luteranos, herdeiros diretos da tradição teológica de Lutero, com suas comunidades e os Sínodos que vieram a formar a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a maioria colonos que receberam terras através de quatro modelos imigratórios (imperial, provincial, por firmas e através de esforços particulares), fatos que determinam um processo próprio de integração étnico-cultural à realidade brasileira, o modelo de igreja que desenvolveram e a proximidade cultural que, possivelmente, os favoreceu na chegada e os ajudou a relevar aspectos teológicos no contato com católicos só se aproximam dessa descrição com a mercantilização da imigração (Cf. RIBEIRO, 2005).⁵ Como os anglicanos, os primeiros cristãos não-católico-romanos a chegar ao Rio de Janeiro tinham um perfil religioso próprio, vieram como parte da negociação entre ingleses e portugueses, conseguindo uma capela na qual passaram a prestar serviços religiosos a partir de 1819.

Já as igrejas oriundas do protestantismo de missão, entre as quais os congregacionais, os presbiterianos, os metodistas e os batistas, que vieram dos Estados Unidos da América e aqui foram chamados evangélicos, ocupando os grandes centros urbanos desde meados do século XIX, estão mais ligadas ao sujeito histórico liberal, participam da vida pública na capital,⁶ e contribuem com as forças representativas do liberalismo, ideologia que cria um centro e uma periferia e se estabelece na América Latina a partir do século XIX. Segundo Boff, esse protestantismo se transforma no fator legitimador do pacto neocolonial, considerado um avanço diante da tradição colonial de trono e altar e é incapaz de romper a estrutura de dominação. A mudança social propiciada por esse modelo protestante era reformista, beneficiava os estratos médios e altos, mas não possibilitava mudanças na área social, já que a conversão do coração, a fé fervorosa e as práticas éticas não geravam maior impacto político.

Octávio Paz consegue explicar como “a ideologia liberal e democrática, longe de exprimir nossa situação histórica concreta, a escondia. A mentira política se instalou em nossos povos assim constitucionalmen-

5. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0410241_05_Indice.html.

6. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que se tornou centro da vida política nacional em 1763, ao ser transformada em sede dos vice-reis de Portugal, e permaneceu nessa condição até 1960, quando a capital da República foi transferida para Brasília.

te. O prejuízo moral foi incalculável e atinge regiões muito profundas do nosso ser” (Cf. PAZ, 1974, p. 99). O elemento que contribuiu para que não nos acostumássemos ao jogo perverso de preferir a mentira, e até de lhe dar o nome de verdade, foi a crise do projeto liberal, que afetou o espírito do protestantismo latino-americano e o obrigou a fazer perguntas, como disseram os metodistas José Míguez Bonino: “Poderá o protestantismo superar sua crise de identidade e missão se – e na medida em que – conseguir recuperar o papel subversivo que realizou no passado, mas na situação radicalmente distinta em que hoje nos encontramos”; e Júlio de Santa Ana, indagando se a Igreja e o protestantismo devem encarnar-se no mundo dos pobres e contribuir para a transformação profunda e global e a libertação dos oprimidos (Cf. BONINO, p. 31, *apud* BOFF, 1986, p. 166; SANTA ANA, 1970, p. 110-127). O período dessas constatações foi particularmente difícil para a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com um apoio discreto ao regime militar, sacudido por denúncias de torturas que levaram as demais igrejas da Federação Luterana Mundial a transferirem a assembleia de Porto Alegre em 1970 para Evian Les Bains, na França, precipitando discussões e estabelecendo a necessidade de debater o posicionamento da IECLB frente à realidade socioeconômico-política do país, que se objetivou no chamado Manifesto de Curitiba.

Lutero e o turbilhão de fatos

Na segunda parte do texto, Boff busca redescobrir na situação concreta de Lutero a experiência e o testemunho do enfrentamento, haurindo as forças que poderiam ajudá-lo a superar os traumas oriundos das lutas políticas na Igreja e na sociedade, além de lidar com o processo punitivo que acabava de sofrer. Admite que precisaria de tempo e espaço para compreender o fenômeno Lutero, que ele supõe ter tido influência no conjunto de forças daquele tempo, verificando que há fatores não religiosos que interferem no processo e o levaram a concluir que “a Reforma é antes de tudo um fenômeno religioso, mas não somente religioso; no campo religioso se revelaram todos os níveis de conflito que perpassavam a sociedade e a consciência europeia de então” (Cf. BOFF, 1986, p. 168), no qual as classes populares não questionaram apenas a corrupção do dogma e os abusos do clero, mas buscaram a justiça e a superação da miséria, vendo na graça a igualdade básica dos seres humanos.

Os Reformadores, particularmente Lutero, responderam aos grandes anseios de seu tempo marcado por transformações profundas através do descobrimento de novos continentes, com a colonização de novas terras, a invenção da imprensa, a introdução de novos métodos financeiros, a emergência do humanismo e especialmente o grito de toda a Cristandade por reformas profundas na cabeça e nos membros (*in capite et in membris*). (Cf. BOFF, 1986, p. 169)

No subtópico “Libertação do cativo babilônico da Igreja”, Boff descreve a situação social de fundo e os principais fatos religiosos e políticos que a instabilizam. A Igreja Católica Romana tem um papel preponderante na Europa semifeudal e mercantil nos séculos XV e XVI, com os bispos alemães em fortes lutas econômicas, políticas, jurídicas e militares, num contexto em que o poder exercido pelo Papa não é apenas espiritual, mas também temporal, mantido à base de acordos e benefícios, com implicações desde os senhores até os servos de gleba, vassalos, colonizadores e camponeses. A situação se agrava exatamente nesse último grupo, localizado no fim da cadeia de produção e distribuído pelos territórios da Boêmia e Suábia, além de outras regiões da Europa central. Ocorrendo o acordo da Igreja com a aristocracia feudal, esta se torna o principal símbolo da sociedade semifeudal e mercantilista, somada à condição de administradora do sagrado. O recurso às obras piedosas, à devoção aos santos, à veneração das relíquias e às indulgências criou uma monumental estrutura de arrecadação baseada na Sé Romana e no papado.

A reação de Lutero surge desse contexto, no qual desenvolve o desejo de reformar sua ordem e a Igreja, lança seu grito profético e concentra seus ataques no papado, ao perceber que essa era a estrutura que mediava e controlava as diversas etapas daquele empreendimento. A leitura do conjunto da situação o faz entender que a justificação pelas obras se opõe à justificação pela fé,⁷ levando-o a redescobrir a graça, baseada na misericórdia de Deus e expressa na crucificação de Jesus Cristo, pela qual o ser humano não está condenado a cumprir leis, nem premido pela necessidade de fazer boas obras para conquistar a salvação. Não está num labirinto de sofrimento e imperfeição, e sua

missão neste mundo não consiste em ajustar-se e reproduzir todas as normas, com a convicção de sua incapacidade visceral de fazê-lo perfeitamente. Com a tese básica da justificação pela fé, Lutero introduz uma radical libertação, pois com isto quer dizer que o ser humano está livre de todas essas exigências a fim de estar livre para acolher

7. Cita Otto H. Pesch, 1967. Esse teólogo é um especialista na obra de Lutero e atuou na Comissão Mista Católico-Luterana Internacional, responsável pela elaboração do texto da “Declaração conjunta sobre a doutrina da Justificação”, assinada em 31.10.1999 em Augsburg, Alemanha.

a graça e a misericórdia como puro dom e oferecimento gratuito do Pai. Em consequência da graça e da pura fé (ato englobante de toda a existência e, por isso, algo mais que simples adesão intelectual a um código de verdades reveladas), o ser humano produz boas obras. (Cf. BOFF, 1986, p. 170)

Teologia prática

Essa compreensão dá firmeza e segurança para o enfrentamento dos poderes, para a recorrência às instâncias superiores, e até mesmo para agarrar-se à própria consciência como parâmetro último, como diante de Carlos V na Dieta de Worms, em 1521, quando respondeu:

‘Não posso nem quero retratar-me, porque não é bom nem sincero agir contra a própria consciência. Que Deus me ajude! Amém!’ Instado pela última vez pelo oficial que disse: ‘Deixa tua consciência, irmão Martinho: a única coisa que não oferece perigo é submeter-se à autoridade estabelecida’, Lutero recusou definitivamente. Lutero não mostra deferência servil a nenhuma autoridade terrena como última instância; última instância só pode ser Deus; e Deus é um Soberano insubstituível, e o papa seu servidor. (Cf. BOFF, 1986, p. 170-171)

Essa situação é antecedida pelos textos sobre “O Papado de Roma”, “Apelo à nobreza cristã da nação alemã” e o “Cativeiro babilônico da Igreja”, escritos por Lutero nos últimos meses do ano anterior. Boff os lê percebendo como a noção de independência do poder de Roma subjaz a todos eles, que “produzem inegável aura de libertação. Insistimos: evidentemente, a tematização é religiosa, mas o seu efeito é também social, político, econômico, porque a Igreja perpassava todas estas instâncias como a instituição básica de coordenação, hegemonia e reprodução do sistema vigente” (Cf. BOFF, 1986, p. 171). Comenta os três textos, concentrando-se no “Apelo à nobreza cristã da nação alemã”, para destacar *os três muros dos romanistas* para cercear a liberdade dos cristãos: a superioridade do estado religioso (*Geystlich Stand*) sobre o civil, insistindo que “o poder na Igreja é unicamente espiritual e significa função de serviço e permanece enquanto realiza o serviço; fora dessa inserção diaconal, permanece e volta a ser leigo”; o direito que o papa se arroga de interpretar sozinho a Escritura, afirmando “o direito ao acesso individual ao texto, a iluminação do Espírito em sua interpretação e assim quebra o monopólio da legitimidade de interpretação e abre caminho para o livre exame” (Cf. BOFF, 1986, p. 171); e a pretensão do papa em poder convocar e reconhecer um Concílio, “para ensinar ao papa que ele é um homem e não Deus, ao Qual deve manter-se submisso” (Cf. BOFF, 1986, p. 172).

Na síntese de “Cativo babilônico da Igreja”, Boff destaca a ênfase de Lutero na condição de privação da liberdade imposta ao conjunto da cristandade e na rejeição à ideia do sacramento como puro sinal, mas como expressão na qual a promessa não é *nuda promissio*, insistindo que não é o sacramento (sinal) que comunica a salvação, mas a fé no sacramento (que contém a promessa). Destaca a ênfase de Lutero ao reivindicar o pão e o vinho na Santa Ceia, não tendo o sacrifício da cruz como base, mas a comemoração da promessa de perdão dos pecados, ao qual se chega apenas por fé (*sola fide*) e não por esforço ou mérito, “pois onde está a Palavra de Deus que promete, aí se faz necessária a fé que constitui o princípio de nossa salvação”, apoiando a denúncia de Lutero: “O cativo que Roma impôs a este sacramento foi convertê-lo em meio de negócio com missas votivas, encomendas e sufrágios” (Cf. BOFF, 1986, p. 172).

Boff assume também a crítica de Lutero ao processo de preparação para o exercício do ministério sacerdotal. O cerco jurídico à Ordem, a introdução de ministros na comunidade. “O sacramento da ordem tem sido e continua sendo uma belíssima maquinação para consolidar todas as monstruosidades que até hoje se cometeram e ainda se cometem na Igreja. Aqui desaparece a fraternidade cristã, aqui os pastores se transformam em lobos, os servos em tiranos, os eclesiásticos em mais mundanos... os clérigos não só creem que são mais que os leigos cristãos, que são ungidos pelo Espírito Santo, mas até os consideram cães indignos de ser contados juntamente com eles na Igreja” (Cf. BOFF, 1986, p. 172-173). No entanto, essa contradição não é apenas católica.⁸

Na leitura de **Da liberdade cristã**, Boff percebe o âmago do pensamento de Lutero:

Uma apologia da libertação interior: o homem de fé se sente livre de toda preocupação por sua salvação, por observar preceitos e outros

8. “Também é demais que no direito canônico se elevem tanto a liberdade, corpo e bens dos clérigos, como se os leigos também não fossem cristãos espiritualmente tão bons quanto eles, ou como se não pertencessem à Igreja. Por que razão seu corpo, vida, bens e honra são tão livres, e não os meus, sendo nós cristãos iguais, tendo igual batismo, fé, Espírito e todas as coisas? Se é assassinado um sacerdote, o respectivo território recebe o interdito; por que não também quando é assassinado um agricultor? Onde vem tão grande distinção entre os cristãos iguais? Somente de leis e invenções humanas?” (LUTERO, 1987, p. 285. In: RIBEIRO, 2005, p. 49-50). Diante da tensão entre pastores nacional-socialistas e os demais, o Pastor G. Reusch participou das negociações e proferiu a “palestra intitulada: *Der Pfarrer als Parteigenosse* (O Pastor como Membro do Partido)... [com a] proposta de que o grupo de pastores nacional-socialistas se dissolvesse espontaneamente em favor de uma nova fundação da ‘classe pastoral rio-grandense’. A proposta foi rejeitada pela maioria, menos por motivos políticos, e, sim, porque não se queria abrir mão do instrumento existente para a representação eficiente dos *direitos estamentais*”. Funcke nº 1416/32 P. Alegre - 23 de maio de 1932. Zusammenfassender Bericht..., p. 19 – EZA KA C VII RS 2 *apud* PRIEN, 2001, p. 311.

imperativos, porque sabe que a salvação lhe é oferecida gratuitamente por Deus. Em função desse dom, tem mãos e olhos e coração livres para trabalhar por seus irmãos, por puro amor a eles... o homem cristão não vive em si mesmo, mas em Cristo e em seu próximo: em Cristo pela fé, no próximo pelo amor... Esta é a verdadeira e espiritual liberdade cristã, que liberta o coração de todos os pecados, leis e mandamentos, liberdade que supera qualquer outra liberdade, como o céu à terra. (Cita MAURER, 1949)

Lutero contesta o humanista Erasmo de Roterdã em **De servo arbitrio**, insistindo que a liberdade humana não pode afirmar-se diante de Deus, cabendo-lhe acolher a salvação, que vem da misericórdia de Deus. “Mas nas coisas da vida neste mundo se exerce a determinação humana, e uma vez agraciada pode livremente colaborar com Deus na construção do Seu Reino” (Cf. BOFF, 1986, p. 173). Esse conjunto de afirmações mostra o resgate da profecia em Lutero, apesar dos exageros verbais e dos raciocínios parciais, tendo demonstrado que soube tomar o evangelho e a cruz como marco fundamental de seu pensar teológico e afastar-se do poder religioso. Por isso mesmo “não se pode negar uma aura de liberdade que pervade os principais textos de Lutero e que se transformou em fermento de libertação no seio do *corpus christianorum*” (Cf. BOFF, 1986, p. 174).

A influência de Lutero se fez sentir no apoio de parte dos príncipes, especialmente das regiões nórdicas. Apesar disso, Lutero não teve consciência de sua influência política nem condições de controlar o movimento que desencadeou, e menos ainda é ele pessoa afeita a assuntos administrativos de paróquias e dioceses. Nesse contexto de nova organização eclesiástica, associada aos príncipes, diante do conflito de interesses e do vácuo de poder, surge a Guerra dos Camponeses, sob a liderança de Thomas Müntzer, como expressão de um movimento maior e anterior à Reforma, com a reivindicação de direitos fundamentais, fato que atraiu o apoio de pequenos senhores, abades, príncipes e bispos. Tentou mediar a situação, mas não tinha habilidade política nem senso prático no atendimento de interesses com negociações em perspectiva conciliatória. Disse que não aceitaria o recurso à violência, mas não supôs que um processo tão profundo de mudanças confrontaria interesses a ponto de poder evitá-la, apoiando-se em Délumeau: “A revolta dos camponeses mostrou bem claramente a incompetência política do Reformador. Especialmente o fez perder a fé no povo organizado em comunidades. Desde aquele momento tendia a pedir aos príncipes a instituição do culto reformado. Ao Lutero da ‘liberdade cristã’ sucedeu o Lutero da ‘Igreja do Estado’ (*Landeskirche*)” (Cf. DÉLUMEAU, p. 32, *apud* BOFF, 1986, p. 175).

E conclui sua análise observando que Lutero propõe a fé liberta e expressa por meio de boas obras. “Neste sentido, Lutero contrasta a *fides abstracta vel absoluta* (fora das boas obras) com a *fides concreta, composita seu incarnata* (ativa nas boas obras)” (Cf. BOFF, 1986, p. 178). Com o Cristo atuante na vida da comunidade, esta pode deslanchar em obras de libertação, a partir do dom e da misericórdia. Não estão desconectadas do cotidiano, nem da possibilidade de seu uso subjetivo, nem da incidência sobre a realidade. Por isso mesmo Boff acrescenta a essa noção de boas obras o sentido do objetivo, sugerindo “uma análise dos mecanismos produtores de opressão e definir os passos concretos que visam a libertação. Nisto, tanto os católicos como os protestantes, devemos aprender a nos fazer discípulos de uma prática teológica diferente que saiba sem servilismos nem paralelismos articular o discurso da fé evangélica com o discurso social. É dentro desta conexão que emerge o potencial libertador da fé cristã” (Cf. BOFF, 1986, p. 178-179).

Lutero: leitura libertadora

A leitura de Lutero por Leonardo Boff no livro sobre *Eclesiogênese* é paradigmática. Ele se sente um caso isolado e marcado pela punição e exclusão, comum às centenas de teólogos e teólogas punidas nesse período. Para a instituição, pouco importa uma carreira teológica meteórica, construída em apenas um quarto de século, publicações, aulas, palestras, respeitabilidade, ser um frade franciscano e exercer funções de redação e editoração na Editora Vozes, ser conhecido e lido nas CEBs, nos círculos teológicos no país e no mundo. Acrescente-se a isso o fato de que o silêncio obsequioso o fez conquistar a atenção de dezenas de milhares de pessoas ao redor do mundo, receber manifestações de solidariedade às centenas, inclusive visibilizadas pelos meios de comunicação de massa. Ao mesmo tempo é intelectual honesto, piedoso e sofreu uma punição da qual carrega os efeitos e está só.

A figura de Lutero ajudou Boff a construir essa medida: o mesmo *animus*, o esforço intelectual intenso, o povo como motivação e o fervor que aos poucos se transforma em ruptura e insistência, sem mexer nas inspirações mais profundas. Como o monge medieval que busca um Deus misericordioso e, em meio à dor, pode bradar: *iusticia est cognitio Christi* e movido por essa prática (*usus*) tem coragem para arrancar a máscara e revelar a crise, valer-se da ironia para não sucumbir ao

método analógico, definir a cruz como *revelatio sub contraria specie* e, na condição de pessoa humana movida pelo amor, e portanto capaz de enfrentar o medo, decidiu abandonar uma lógica como infraestrutura para a fé, redescobrir o mundo como horizonte e mudar a linguagem teológica. Hoje ele indaga sobre o que o mundo atual oferece em seu conjunto, não nega o antagonismo nos âmbitos micro e macro, evoca a mundialização – sem identificar esse processo com a globalização das estruturas – e convida à comunhão do ser humano com a natureza, do ser humano com o ser humano, e do ser humano com Deus (Cf. SINNER, 2003, p. 189).

A escolha de escrever sobre Lutero após a punição mostra que o discernimento chegou à conclusão. O distanciamento no tempo, as diferenças socioestruturais de épocas e a confluência de fatos históricos, colocando interesses como as lutas dos pobres latino-americanos, que há muito reclamavam papel histórico, queriam fazer sua voz ouvida e, sobretudo, queriam integrá-la à caminhada religiosa de seus ancestrais. Boff assumiu esse carisma, deixou-se possuir pelos sofrimentos de sua gente, doou-se sem medida a essa causa, viveu uma paixão junto com (compaixão) seu povo, sua cultura e o meio ambiente em que vivem. Sua opção se identifica com a teologia da cruz, do reformador. Fazer teologia a partir dos crucificados exige que sejamos honestos a respeito do mundo, sem calar os clamores; sem ficar distantes da cruz ou deixar de nos envolver com as cruces cotidianas; mas viver a ressurreição, na confiança de que a cruz não é o fim, mas nova oportunidade de trabalhar e amar. Ao assumir as consequências de sua nova condição, como mostrou Hermann Hesse, ele deixa de lutar contra seu próprio destino e é feliz.

Referências

- ALVES, R. **Protestantismo e repressão**. São Paulo: Paulinas, 1979.
- BOFF, L. **E a Igreja se fez povo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LUTERO, M. **Obras selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal, 1987, v. 2.
- MAURER, W. **Von der Freiheit eines Christenmenschen**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1949.
- PAZ, O. **El laberinto de la soledad**. México: Penguin Books, 1974.
- PESCH, Otto H. **Theologie de Rechtfertigung bei Martin Luther und Thomas von Aquin**. Mainz: Matthias-Grünwald, 1967.
- PRIEN, H.-J. **Formação da Igreja Evangélica**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

RIBEIRO, A. C. Boff é doutor honoris causa mais uma vez. 2008. Disponível em: <<http://www.sidneyrezende.com/noticia/13506>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

RIBEIRO, A. C. **Como cantar a canção do Senhor?** Desafios ao testemunho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nos centros urbanos da atualidade. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2005.

RIBEIRO, A. C. Teologia da cruz: a coragem de dizer a verdade. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 29, p. 193-8, ago. 2008.

SANTA ANA, J. **Protestantismo, cultura y sociedad**. Buenos Aires: Lohlé, 1970.

SINNER, R. von. **Convivência e confiança**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

SINNER, R. von. **Reden vom Dreieinigen Gott**. Tübingen: Mohr, 2003.

WESTHELLE, V. **O Deus escandaloso**. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2008.